

---

## CAPÍTULO 2

*O justo é o intercessor da criatura e, ao mesmo tempo, a sua mais elevada personificação. A hierarquização do mundo das criaturas, que tem como expoente máximo no justo, desce muitos degraus até o abismo do inanimado.*

**Walter Benjamin.**



## 2. A MUSEOLOGIA CONTEMPORÂNEA EM PORTUGAL

O processo de democratização no contexto de museologia levou a uma reposicionamento da imagem do museu templo para a imagem de museu fórum, ou seja, museu como recurso, como meio de comunicação, como meio alternativo de comunicações, como prestador de serviços, como vector dinâmico capaz de alterar a sua relação com as comunidades. O direito e fruição do património cultural são direitos fundamentais de cidadania, consignados na constituição da República Portuguesa.

Se fizermos uso da memória, elemento fundamental para a prática da museologia, lembraremos que já em 1972 na Mesa Redonda de Santiago do Chile os profissionais eram chamados ao trabalho museal por meio do reconhecimento dos *“testemunhos representativos da evolução da natureza e do Homem”*<sup>24</sup>, em todo o documento o desafio feito é justamente no sentido dos profissionais alargarem o âmbito da sua intervenção no campo do património, nunca restringindo a acção museal na esfera do património tangível.

Outro dado importante a lembrarmos é a política patrimonial seguida por alguns Países ao longo da segunda metade do século XX, na tentativa de alargar o campo de actuação. Desde 1950 que o Governo do Japão criou mecanismos para valorizar o saber-fazer por meio da criação e atribuição do Título de “Tesouros Vivos Nacionais” à indivíduos reconhecidos pela sua importância na manutenção das tradições locais. As Filipinas, a Tailândia e a França também criaram mecanismos semelhantes nas décadas de 70, 80 e 90, respectivamente. Em 2000 o Brasil assumiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem património cultural da Nação.

A política cultural da UNESCO desde há muito que vem promovendo acções diversificadas para se adaptar a essas transformações no campo de salvaguarda patrimonial, exemplo disto é a elaboração de documentos de natureza jurídica como as

---

<sup>24</sup> Mesa Redonda de Santiago – Chile, 1972, In PRIMO, Judite. *Museologia e Património: Documentos Fundamentais*. Cadernos de Sociomuseologia. ULHT, n.º 15, Edições Lusófonas, Lisboa, 1999

Convenções, Recomendações e Declarações que de maneira diversificada têm vindo a implicar Governos a adoptarem comportamentos determinados ou actuarem de certa maneira no âmbito cultural. Esses documentos têm servido como meio de normalizar práticas já existentes, mais socializadoras e democráticas na defesa do património.

Novos saberes então sendo construídos nas acções museais que visam protocolos e colaborações com associações, comunidades locais, empresas.

A produção de novos saberes, ou o reconhecimento da existência de novos saberes levaram a que os museus repensassem seus modelos de gestão, suas formas de funcionamento, seus métodos de aproximação e/ou de proximidade com as comunidades e adequassem a funcionalidade institucional às necessidades contemporâneas.

No entanto ainda se faz necessário que as instituições museológicas em Portugal explicitem a sua função social à sua comunidade, visitantes, utilizadores e beneficiários.

A nova museologia propõe a reflexão sobre os contextos sociais e culturais, a reprodução de modelos, perfis profissionais, acção museológica e gestão democraticamente partilhada.

## **2.1. AS INSTITUIÇÕES MUSEOLÓGICAS SEGUNDO O INQUÉRITO DO IPM/OAC.**

Em 1999 foi realizado pelo Instituto Português de Museus (IPM), através do Observatório das Actividades Culturais (OAC) um Inquérito aos Museus em Portugal.

Em relação ao recenseamento dos museus portugueses foram cruzadas várias bases de dados até então disponíveis e existentes<sup>25</sup>. Através desse Inquérito é possível fazer um reconhecimento

---

<sup>25</sup> Base de dados do Instituto Nacional de Estatística, da Associação Caminus, do programa Geira, da Revista ibérica e do Instituto Português de Museus

quantitativo da realidade museológica portuguesa, assim como o recenseamento das instituições museológicas nacionais<sup>26</sup>.

O Inquérito aos Museus em Portugal é fruto de uma encomenda do IPM ao OAC e teve por objectivos:

- a- A caracterização do tecido museológico português tendo em vista a constituição da Rede Portuguesa de Museus (RPM);*
- b- a construção de novos indicadores para o conhecimento deste sector cultural;*
- c- a definição de metodologias mais actualizadas e aprofundadas para as bases de dados existentes (IPM, INE), nomeadamente passando pela revisão de conceitos estatísticos e pela criação de novas categorias e caracterização. (IPM, 2000: 25)*

Assim, os dados abaixo apresentados tem por base o Inquérito do IPM e dele extraímos alguns elementos que permitem enquadrar melhor o Ecomuseu da Murtosa no panorama da museologia nacional.

A sociografia dos Museus Portugueses destinada a caracterizar o tecido museológico nacional, revela que segundo a tutela<sup>27</sup> 39,8% dos museus nacionais são privados (destes 30,8% pertencem às associações); 34,7% dependem da administração local (AL); 3,4% ligam-se à Administração Regional (AR), 7,9% ao Ministério da Cultura (MC) e 14,2% a Administração Central (AC).

---

<sup>26</sup> Conseguiu-se registar a existência de 725 museus em Portugal, desses 116 não responderam ao inquérito e 34 foram excluídos por serem museus que só passaram a funcionar após janeiro de 1999. Com isso o resultado final corresponde a 530 museus que responderam ao inquérito e tiveram as suas respostas analisadas

<sup>27</sup> A Tutela aos museus nacionais está aqui apresentada sob forma de cinco categorias: Ministério da Cultura (MC), Outros Organismos da Administração Central (OOAC), Administração Regional (AR – Açores e Madeira), Administração Local (AL), e Privados.

### Quadro nº2: Museus segundo o Tipo

<b>Tipos</b>	<b>%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0</b>
<b>Museus de Arte</b>	<b>21,5</b>
<b>Museus Arqueológicos</b>	<b>4,0</b>
<b>Museus de História</b>	<b>9,1</b>
<b>Museus de Ciência e História Natural</b>	<b>3,8</b>
<b>Museus de Ciência e Tecnologia</b>	<b>6,4</b>
<b>Museus de Etnologia e de Antropologia</b>	<b>20,7</b>
<b>Museus Especializados</b>	<b>7,7</b>
<b>Museus Regionais</b>	<b>1,9</b>
<b>Museus Genéricos (dos quais)</b>	<b>17,9</b>
de Arte e Etnografia	9,6
de Arte e Arqueologia	21,3
de Arte, Arqueologia e Etnografia	69,1
<b>Outros Museus</b>	<b>2,5</b>
<b>Monumentos e Sítios</b>	<b>3,6</b>
<b>Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários</b>	<b>1,1</b>

Fonte IPM/OAC

Ao cruzarmos estes dados com a variáveis<sup>28</sup> “Localização” percebe-se que em Lisboa e Vale do Tejo (35,5%), estão concentrados o maior número de museus, com predominância dos museus tutelados pelo Ministério da Cultura e por Outros Organismos da Administração Central, assim como o único museu de ciência e tecnologia, existente no País está situado em Lisboa.<sup>29</sup> Ao fazermos o cruzamento com a variável «Tempo de Existência» verifica-se que 19,2% dos museus em Portugal são categorizados

<sup>28</sup> Foram seleccionados pelo Inquérito do IPM quatro variáveis que são Tutela, Tipo de museu, Localização geográfica e Tempo de existência

<sup>29</sup> O inquérito não considerou o Visiunarium –Centro de Ciência de Santa Maria da Feira

---

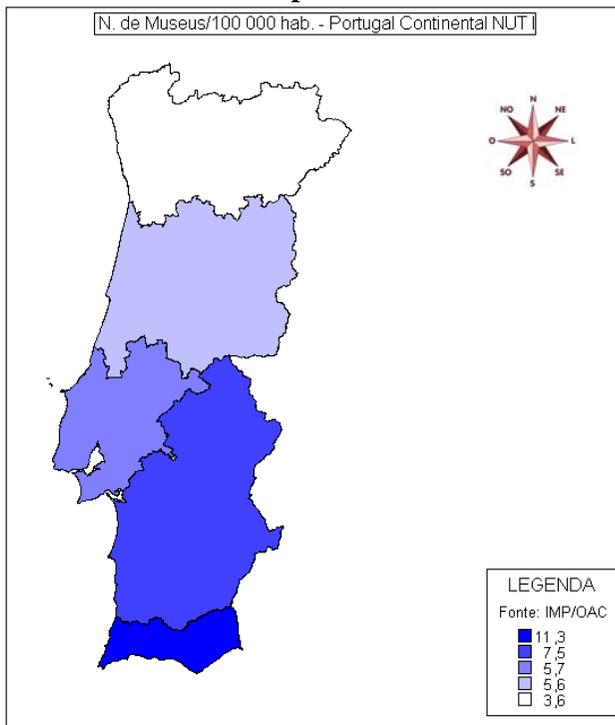
como «*Mais Recentes*» (destes, 22,3% são privados, seguido pelos museus da administração regional e locais com os valores respectivos de 22,2% e 21,3%); os museus categorizados como «*Recentes*» apresentam-se como a maioria existentes em Portugal com um valor de 43,8% (destes 46,9% são privados e a sua predominância assenta nos museus de associações).

Cruzando as variáveis «*Tutela*» e «*Tipo*» de museus, verifica-se a predominância dos museus de artes dos quais 28,6% são tutelados pelo Ministério da Cultura. Logo a seguir aparecem os museus de etnologia e antropologia e dos quais 16,0% pertencem a Outros Organismos da Administração Central. (Ver Quadro 03).

Segundo a «*Tipologia*» os museus de arte constituem a maioria dos museus inquiridos, apresentando valores de 21,5%, aqueles que apresentam a menor taxa nacional são os museus regionais (1,9%), os jardins zoológicos, botânicos e aquários (1,1%) e os monumentos e sítios (3,6%).

As áreas com maior concentração de museus no país são: Lisboa e Vale do Tejo (35,5%), Norte (24,3%), e o Centro (17,9%). Os Açores são aqueles que apresentam as percentagens mais baixas. No entanto, se tomarmos por base o número de museus por cada 100.000 habitantes o Alentejo atinge uma percentagem de 11,3%, o dobro da média nacional que é 5,3%, sendo, assim, a região que apresenta os valores mais significativos (ver Mapa nº1).

### Mapa nº 1



**Quadro nº 3: Caracterização dos museus pela Tutela e Tipo de museu**

Categorias	TIPO DE MUSEUS											
	Museus de Arte	Museus de Associações	Museus Históricos	Museus Ciência e H. Natural	Museus de Ciência e de	Museus Etnologia e	Museus Especializa	Museus Regionais	Museus Genérico	Outros Museus	Mon. e Sítios	Jardim Zoológico, Botânicos
<b>Totais</b>	<b>21,5</b>	<b>4,0</b>	<b>9,1</b>	<b>3,8</b>	<b>6,4</b>	<b>20,8</b>	<b>7,7</b>	<b>1,9</b>	<b>17,7</b>	<b>2,5</b>	<b>3,6</b>	<b>1,1</b>
<b>Ministério da Cultura</b>	28,6	7,1	2,4	---	2,4	9,5	7,1	---	14,3	---	28,6	---
<b>Outros Org. da Adm. Central</b>	10,7	---	21,3	16,0	30,7	8,0	9,3	---	---	---	---	7,7
<b>Administração Regional</b>	22,2	---	5,6	5,6	---	38,9	---	5,6	11,1	---	5,6	5,6
<b>Administração Local</b>	18,5	7,6	7,6	1,6	1,6	18,5	4,9	4,3	32,1	1,6	1,1	0,5
<b>Privado</b>	26,5	1,9	7,6	1,9	3,3	28,0	10,4	0,5	12,8	4,7	1,9	0,5
<b>Dos quais Associações</b>	6,2	1,5	6,2	4,6	4,6	49,2	10,8	1,5	12,3	3,1	---	---

Fonte IPM/ OAC

Analisando o número de museus por concelho, verifica-se que os concelhos situados no litoral a Norte de Lisboa são aqueles que apresentam maior densidade de museus, surgindo, na análise, um conjunto de concelhos com mais de 10 museus. São exemplos disso: Lisboa, Sintra, Braga e Porto.

Em relação à «*Criação, Abertura ao Público e Tempo de Existência dos Museus*», o Inquérito do IPM verifica um crescente número de novos museus, fenómeno que marca as décadas de 80 e 90. Desde 1974, período da Revolução democrática, foram criados 59% dos museus actualmente existentes.

#### Quadro nº 4: Criação e abertura dos museus por décadas

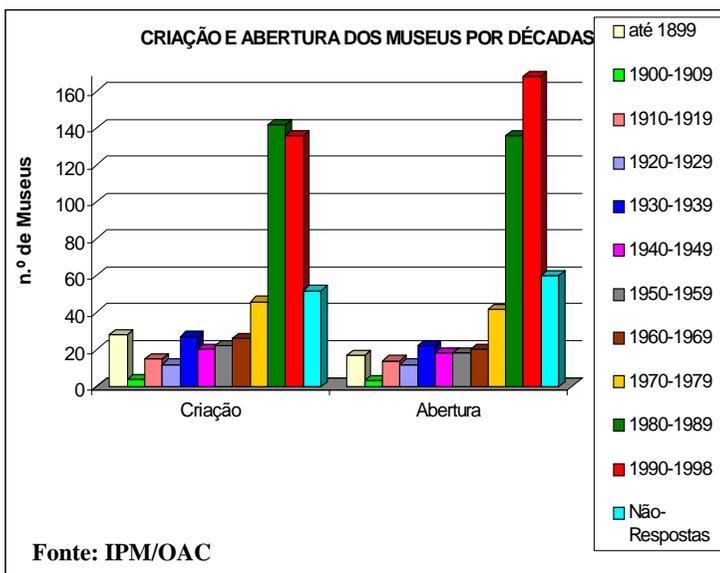
Décadas	Criação	Abertura
até 1899	28	17
1900-1909	4	3
1910-1919	15	14
1920-1929	12	12
1930-1939	27	22
1940-1949	20	18
1950-1959	22	18
1960-1969	26	20
1970-1979	46	42
1980-1989	142	136
1990-1998	136	168
Não-Respostas	52	60
<b>Total</b>	<b>530</b>	<b>530</b>

Fonte: IPM/OAC

Em relação ao tempo de existência dos museus, verifica-se que os museus com menos de cinco anos, referenciados como «Mais Recentes», estão no Continente, mais precisamente nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo. Convém salientar que este é o único período em que outra região, no caso o Norte, consegue registar valores

ligeiramente superiores aos verificados em Lisboa e Vale do Tejo. Neste ponto conclui-se que o alargamento do tecido museológico nacional resulta de movimentos cruzados entre a «Localização» e o «Tempo de Existência». Assim, a região Norte vem criando relativamente mais museus, tal como a região do Algarve e Madeira, ao passo que, em Lisboa e Vale do Tejo, tal como no Alentejo, o número de museus cresceu menos e o Centro é aquela que apresenta maior estabilidade.

Gráfico nº 01



No que tange ao tempo de funcionamento, mais precisamente à abertura do museu ao público, verificou-se que três quartos (3/4) dos museus funcionam em permanência durante o ano; 64% estiveram abertos mais de duzentos (200) dias no ano de 1998; 66% afirmam abrir durante as manhãs e tardes. Em relação ao fim-de-semana, verificou-se que: 57% abrem Sábado e Domingo, 10% apenas no Sábado e 2% apenas no Domingo.

Em relação aos museus polinucleados, verificou-se que estes representam um fenómeno marcante no panorama nacional. Trata-se de um fenómeno que atravessa às diversas tutelas, os diversos tipos de museus e as várias regiões. Quanto às tutelas, são notórios os casos da Administração Regional – em que 28% dos museus são polinucleados – e da Administração Local, esta última não tanto pela percentagem destes casos (23% face ao total de museus que tutela), mas sobretudo devido ao número absoluto a que corresponde esta percentagem (42 casos).

Constatamos, assim, que entre os museus tradicionalmente instituído já existem alguns que utilizam um dos elementos que caracterizam um ecomuseu que é a polinuclearidade. Isso não significa, entretanto, que esses museus possam ser entendidos como ecomuseus. Aliás, o nosso conhecimento sobre a realidade do tecido museológico português tem revelado um desentendimento generalizado do conceito de ecomuseu. Em caso extremo, encontramos um «*ecomuseu*» em que cada sala e por vezes cada vitrinas eram denominados como pólo museológico, pelo que esta instituição se auto denominava por ecomuseu. Por vezes acontece também, como refere o Inquérito do IPM, que simples pólos sejam denominados eles próprios museus.[cf. p.32]

Esta situação conduz-nos à ideia que em Portugal é necessário continuar a difundir um melhor conhecimento acerca da teoria e prática museológica, a exemplo das Jornadas sobre a Função Social dos Museus promovidas pelo MINOM, os Encontro de Museologia e Autarquia da responsabilidade da ULHT e, os Colóquios da APOM.

No que se refere aos Serviços de Acolhimento ao Público e Serviços Técnicos, 28% dos museus portugueses não possuem qualquer serviço de acolhimento ao público e 42,8% não possuem qualquer serviço técnico, sendo este um problema bastante sério e representativo para o panorama nacional.

Sobre os Recursos Humanos, pode-se verificar que 66,9% dos museus portugueses são dirigidos por homens. Este panorama altera-se em relação ao quadro profissional, ou seja, aqueles exercidos por pessoas com formação na área da museologia, pois há

---

uma maior representatividade do sexo feminino nas funções de conservadores e técnicos. Já nos quadros não profissionais, ou seja, aqueles em que a ocupação do cargo é inerente à ocupação de funções dirigentes, os homens voltam a ocupar a maioria percentual dos cargos (Ver Quadro nº 5).

**Quadro nº 5: Recursos humanos nos museus portugueses.**

<b>Tipo de Cargos</b>	<b>Categorias</b>	<b>Número de Casos</b>	<b>Percentagem total (H/M)</b>	<b>% Homens</b>	<b>% Mulheres</b>
	<b>Totais</b>	<b>530</b>	<b>100,0</b>	<b>23,3</b>	<b>36,7</b>
<b>Não Profissional (44,8%)</b>	Administrador	133	25,1	69,2	30,8
	Autarca	106	19,7	58,5	41,5
<b>Profissional (44,0%)</b>	Director	172	32,5	66,9	33,1
	Conservador	32	6,0	46,9	53,1
	Técnico	28	5,5	42,9	57,1
<b>Outros não determinados (11,2%)</b>	Responsável	45	8,5	66,7	33,3
	Outros	12	2,3	33,3	33,3
	Não-respostas	2	0,4	100,0	0,0

Fonte IPM/OAC

Em relação à formação do responsável do museu, 67,4% dos inqueridos possuem ensino médio/básico/secundário e 5,7% estão em outras situações; Analisando a formação através da variável Tutela, veremos que os museus privados são aqueles que possuem o menor número de responsáveis com nível superior, apresentando um percentual de 5,4%, enquanto a Administração Regional, com 94,4%, apresenta os maiores índices neste quadro. Cruzando estes dados como a variável Tempo de Existência, verifica-se que os museus «*Mais antigos*», ou seja, aqueles com mais de 100 anos, responderam, na sua totalidade, possuírem licenciados como responsáveis e os museus “Recentes”, ou seja aqueles que foram criados entre seis e vinte e cinco anos atrás, apresentam os índices mais baixos com 64,2%.

Em relação aos «*Recursos Financeiros*», registamos que 60,6% dos museus não possuem orçamento próprio (apenas 28,8% responderam possuir orçamento próprio). Cruzando os dados obtidos com a variável «*Tutela*», os valores demonstram algumas discrepâncias.

Relativamente ao orçamento do museu em 1998, verifica-se que a maioria (66%) tem orçamento que não ultrapassa 50 mil contos. Cruzando com a variável Tutela, verifica-se que os museus Privados são aqueles que apresentam percentualmente (51%) o mais baixo escalão do orçamento de 1998; que equivale a um valor abaixo de 10 mil contos.

Ao voltarmos a análise para os vários itens da «*Receita Própria*», observa-se que a «*Bilheteira*» e «*Loja/Publicação*» foram os itens mais indicados. Analisando essa questão com o «*Tempo de Existência*» nota-se que dos museus «*Mais Recentes*» 80,9% retiram suas receitas da «*Loja/Publicação*». Já a análise feita através da variável «*Localização*» permite-se constatar que 100% dos museus dos Açores retiram suas receitas da «*Bilheteira*».

Ainda em relação à Receita, 33% dos inqueridos indicam «*Outras Receitas*» como fonte principal de obtenção de recursos financeiros; destes 33% a opção mais referida foi «*Património/apoios privados de particulares*» com 43%. Analisando através da sua Localização, o Alentejo, Madeira e Açores apresentam as taxas mais

baixas do País. No Norte os Fundos Comunitários representam a fonte de recurso mais indicado nas respostas dos inquiridos

Em relação às actividades orientadas para os visitantes, regista-se que 43% dos museus existentes no panorama nacional realizaram exposições temporárias que foram produzidas pelo museu, enquanto que apenas 28% renovaram a exposição permanente. A actividade menos orientada para o público tem sido as exposições temporária não produzidas pelo museu, com valores que rondam os 22%. Ao cruzarmos esta questão com a variável «*Tipo*», verifica-se que os Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários foram aqueles que mais renovaram as suas exposições permanentes (50% dos casos). Aqueles que mais indicaram a opção «*Produção de Exposição Temporária*» foram os museus regionais com 70%.

Em relação a projectos de Investigação, 38% dos museus realizam ou promovem projectos de investigação. Destes, uma parte significativa envolve os seus próprios técnicos, isoladamente (35%) ou com investigadores externos (no entanto a opção mais indicada foi «*Ambas*» com 53%). Somente 10% referiram «*Apenas investigadores externos*».

No que tange aos Serviços Educativos, 59% dos museus possuem esse tipo de serviço. A actividade mais desenvolvida neste serviço são as «*Visitas guiadas a grupos de estudantes*» com 58%, seguida das actividades «*Ateliers*» e «*Animação no exterior*» com 15% cada uma. Cruzando com as variáveis «*Tutela, Tipo, Localização e Tempo de Existência*», verifica-se, em relação a Tutela, que os museus do Ministério da Cultura e da Administração Regional são aqueles onde mais estão presentes as actividades dos serviços educativos, enquanto que os museus tutelados por Outros Organismos da Administração Central apresentam menos estes serviços. Utilizando a variável «*Tipo*», verifica-se que em 100% dos jardins zoológicos, botânicos e aquários existem serviços educativos. Em posição oposta estão os museus de arqueologia com apenas 47,6%. Por «*Tempo de existência*» registou-se que os «*Mais Recentes*», com 70,6% e os «*Mais Antigos*» com 88,2% sobressaem-se nas respostas positivas. ( Ver Quadro nº 5).

**Quadro nº 6: Escalões de orçamento dos museus em 1989, segundo a tutela**

Tutela	Até 10000 contos	10001-50000 contos	50001-100000 contos	Mais de 10001 contos	Respostas Válidas
Totais	34,1	31,7	22,4	1,8	161
Ministério da Cultura	5,5	44,5	41,7	8,3	36
Outros O. da Adm. Central	34,6	34,6	26,9	3,8	26
Administração Regional	8,3	66,7	25,0	0,0	12
Administração Local	47,2	27,7	16,7	8,3	36
Privados	51,0	15,7	9,8	23,5	51

Fonte IPM/OAC

Dos museus nacionais, 70% possuem alguma forma de controle do número de visitantes. Destes, um em cada quatro efectuasse o controle por meio informático. Dos 530 museus que responderam ao inquérito, 49% cobram ingressos e o valor médio do ingresso nos museus portugueses é de 317 escudos. 86% dos museus que utilizam bilhetes de ingresso pagos afirmam possuir descontos para situações especiais

Ao cruzarmos as informações acerca do «*Meio de controle*» com a variável «*Tutela*», registou-se que os museus dependentes do Ministério da Cultura possuem controle do número de visitantes na ordem dos 91%, logo a seguir encontram-se os museus tutelados pela AR com 88,9%. Os museus que mais possuem controle do número de visitantes através de suporte informático são os museus do Ministério da Cultura com 65,7%, seguidos pelos museus privados e OOAC, ambos com 7,4%, taxa muito abaixo daquela verificada nos museus do MC. Os museus portugueses, abordados pelo inquérito, durante o ano de 1998 tiveram 8.649.057 visitantes, destes 30% não pagaram entradas. Estes mesmos dados analisados através da variável «*Tutela, Tipo, Localização e Tempo de existência*», dão-nos os seguintes resultados apresentados no Quadro nº 6 abaixo indicado.

No ponto referente à relação com o exterior nos últimos dois anos, registou-se que a opção mais referida pelos museus foi, com 53%, «*Divulgação do seu Acervo*», seguida da opção «*Marketing e Publicidade*», com 40%. A opção “Investigação e desenvolvimento” surge no terceiro lugar com uma percentagem de 34%. Dos 530 museus, 21% responderam «*Não se verificar quaisquer das situações referidas*».

Cruzando estes dados com as variáveis «*Tutela, Tipo, Localização e Tempo de Existência*», observa-se que os museus tutelados pelo Ministério da Cultura são aqueles que, percentualmente, estão na liderança em relação às actividades desenvolvidas para relacionar-se com o exterior: 78,6% «*Divulgação do Acervo*», 69% «*Investigação e Desenvolvimento*», 64,3% «*marketing e Publicidade*». Em relação ao Tempo de Existência e «*Divulgação do Acervo*», os museus «*Antigos*» (64,7%) e os museus

«*Mais Antigos*» (58,8%), seguidos pelos «*Mais Recentes*» (55,9%) estão na liderança. Já os museus «*Mais Antigos*», com 64,7%, e os «*Mais Recentes*», com 51%, são aqueles que mais investiram no «*Marketing e na Publicidade*» nas suas relações com o exterior.

Relativamente à acessibilidade, a maioria dos museus possuem em sua proximidade alguma forma de acesso. Há a existência de «*Estrada*» (acesso rodoviário) em 88% dos museus, 42% possuem estação de outro transporte local, 33% estão favorecidos com a existência de uma estação ferroviária, e somente 2% dos museus não possuem nenhum dos meios acima referidos. Estes dados revelam uma relativa facilidade de acesso aos museus (40% indicam apenas um dos meios; 33% indicam dois dos meios; e 19% indicam os 3 meios).

A visibilidade do museu em «*Roteiros Culturais e Sinalética*» no espaço envolvente ao museu é outra questão importante. Verifica-se que 76% dos inqueridos afirmam constar de «*Informação sobre itinerários culturais da sua área*», enquanto que 18% responderam negativamente. Em relação à Sinalética Exterior, a situação não é tão positiva quanto no primeiro caso: 30% dos inqueridos responderam não ter «*nenhuma sinalética exterior*», 33% possuem sinalética na «*área envolvente*» e apenas 5% possuem sinalética «*nos acessos à cidade/ vila/ local*».

As principais dificuldades manifestadas pelos museus portugueses foram: «*Recursos Financeiros*» (55,1%), «*Pessoal*» (50,2%), «*Instalações/ espaços*» (44,5%), «*Conservação*» (42,5%) e «*Restauro*» (39,8%).

**Quadro nº 7: Serviço Educativo segundo a Tutela, Tipo, Localização e Tempo de existência**

Categories	Sim	Não	N/R	Nº Casos
<b>Totais</b>	<b>59,4</b>	<b>31,9</b>	<b>8,7</b>	<b>530</b>
<b>Tutela</b>				
Ministério da Cultura	88,1	9,5	2,4	42
Outros Organismos da Adm. Central	49,3	41,3	9,3	75
Administração Regional	83,3	16,7	0,0	18
Administração Local	57,1	33,7	9,2	184
Privados	57,3	32,7	10,0	211
<b>Tipo</b>				
Museus de Arte	52,6	35,1	12,3	114
Museus de Arqueologia	47,6	47,6	4,8	21
Museus de História	58,3	37,5	4,2	48
Museus de Ciência e de História Natural	70,0	25,0	5,0	20
Museus da Ciência e Tecnologia	52,9	47,1	0,0	34
Museus Etnologia e de Antropologia	54,5	33,6	11,8	110
Museus Especializados	65,9	22,0	12,2	41
Museus Regionais	90,0	10,0	0,0	10
Museus Genéricos	62,8	27,7	9,6	94
Outros Museus	53,8	38,5	7,7	13
Monumentos e Sítios	89,5	10,5	0,0	19
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	100,0	0,0	0,0	6
<b>Localização</b>				
Norte	58,9	30,2	10,9	129
Centro	62,1	27,4	10,5	95
Lisboa e Vale do Tejo	60,6	30,9	8,5	188
Alentejo	41,4	55,2	3,4	58
Algarve	65,4	23,1	11,5	26

Açores	68,8	25,0	6,3	16
Madeira	77,8	22,2	0,0	18
<b>Tempo de Existência</b>				
Mais Recentes	70,6	27,5	2,0	102
Recentes	59,5	34,5	6,0	232
Antigos	67,2	27,7	5,0	119
Mais Antigos	88,2	5,9	5,9	17
Não-respostas	16,7	45,0	38,3	60

Fonte: IPM/ OAC.

**Quadro nº 8: Visitantes nos museus portugueses em 1998**

Categorias	Visita ntes 1998	% Total Visita ntes p/ categ oria	Mus eus que resp ond.	Média de visitant es p/ museus que respond eram	Taxa de respos ta
<b>Totais</b>	<b>8.541. 060</b>	<b>100,0</b>	<b>348</b>	<b>24.543</b>	<b>65,7</b>
<b>Tutela</b>					
Ministério da cultura	3.130. 569	36,7	37	84.610	88,1
Outros Organismos da Adm. Central	926.2 28	10,8	47	19.707	62,7
Administração Regional	569.1 56	6,7	14	40.654	77,8
Administração Local	1.031. 330	12,1	131	7.873	71,2
Privados	2.883. 777	33,8	119	24.233	56,4
<b>Tipo</b>					
Museus de Arte	1.080.	12,6	65	16.622	57,0

	41				
Museus de Arqueologia	282.209	3,3	10	28.221	47,6
Museus de História	458.452	5,4	34	13.484	70,8
Museus da Ciência e de H. Natural	418.241	4,9	16	26.140	80,0
Museus da Ciência e Tecnologia	249.487	2,9	27	9.240	79,4
Museus de Etnografia e Antropologia	899.974	10,5	67	13.432	60,9
Museus Especializados	803.868	9,4	27	29.773	65,9
Museus Regionais	120.534	1,4	7	17.219	70,0
Museus Genéricos	540.842	6,3	65	8.321	69,1
Outros Museus	156.322	1,8	7	22.332	53,8
Monumentos e Sítios	2.048.906	24,0	17	120.524	89,5
Jardins Zoológicos, Botânicos e Aquários	1.481.784	17,3	6	246.964	100,0
<b>Localização</b>					
Norte	999.151	11,7	85	11.755	65,9
Centro	489.065	5,8	59	8.442	62,1
Lisboa e Vale do Tejo	5.941.108	69,6	131	45.352	69,7
Alentejo	321.778	3,8	32	10.056	55,2
Algarve	123.3	1,4	15	8.225	57,7

	76				
Açores	65.57 5	0,8	11	5.961	68,8
Madeira	592.0 07	6,9	15	39.467	83,3
<b>Tempo de Existência</b>					
Mais Recentes	899.1 57	10,5	75	11.989	73,5
Recentes	2.50.6 43	28,7	155	15.811	66,8
Antigos	3.799. 040	44,5	87	43.667	73,1
Mais Antigos	1.080. 767	12,7	16	67.548	94,1
Não Respostas	311.4 53	3,6	15	20.764	25,0

Fonte: IPM/ OAC

Este breve panorama sobre os museus em Portugal, deixa claro algumas questões estruturais para a melhor compreensão do tecido museológico em solo nacional. Identifico e saliento quatro características que nos pareceu relevantes neste estudo:

- 1- a diversidade das tutelas;
- 2- a falta de formação específica dos quadros;
- 3- a fragilidade dos serviços educativos; e
- 4- a importância que a museologia tem tido em Portugal depois do 25 de Abril, revelado pelo número de museus criados desde então. Sendo que as Associações e Administração Local<sup>30</sup>. Tendo sido os principais agentes de desenvolvimento da museologia em Portugal.

<sup>30</sup> A museologia em Portugal, desde o 25 de Abril, revela-se por uma dinâmica do poder autárquico que em sua generalidade tem assumido a promoção e valorização das referências culturais locais.

Esta análise do Inquérito do IPM/OAC aplicada aos museus em território nacional serviu-nos para constatar que a diversidade de tutelas no panorama nacional revela uma preocupação alargada na sociedade em salvaguardar as referências patrimoniais, o que também revela maior democratização no acesso aos bens musealizados e nos processos de selecção dos mesmos.

No entanto essa diversidade não se traduz em maior capacitação dos quadros técnicos das instituições e que em consequência revela uma grande deficiência na qualidade dos serviços prestados, nomeadamente na fragilidade dos serviços educativos que acaba sendo uma característica transversal a generalidade dos museus portugueses.

A grande evidencia foi na verdade o grande número de museus criados no pós 25 de Abril. Este período, importante para a história portuguesa, coincidiu com as transformações internacionais no campo da museologia, o que permitiu que o aumento do número de instituições museológicas seguisse a par com o movimento internacional e mais amplo de renovação museológica.

Os museus que nasceram como fruto deste período revelam a preocupação da sociedade em criar instituições que valorizassem os patrimónios locais, as praticas culturais, saberes e fazeres dos seus povos/comunidades e o papel do território nos processos locais de patrimonialização e musealização.

Ou seja revelam um enorme empenho da sociedade em geral de produzir instituições culturais e museológicas mais democráticas, capazes de assumir plenamente os processos de salvaguarda dos patrimónios enquanto evidências e sistematização das identidades culturais e das memórias colectivas.

## 2.2. A IMPORTÂNCIA DOS MUSEUS LOCAIS EM PORTUGAL

O alargamento da noção de património e a conseqüente redefinição de «*objecto museológico*», a ideia de participação da comunidade na definição e gestão das práticas museológicas, a museologia como factor de desenvolvimento, as questões de interdisciplinaridade, a utilização das «novas tecnologias» de informação e a museografia como meio autónomo de comunicação, são exemplos das questões decorrentes das práticas museológicas contemporâneas.

Se de facto a Museologia em Portugal pretende continuar a participar no processo de renovação internacional da Museologia, torna-se evidente a importância de se (re) pensar a teoria e a prática de forma a adaptá-las às novas solicitações que se evidenciam na sociedade:

- o lugar da museologia na sociedade contemporânea;
- o papel social do museu na sociedade contemporânea;
- museologia como reflexo do pensamento contemporâneo;
- museologia como vector de desenvolvimento;
- museologia de ideias /museologia de objectos;
- a relação museu/ comunidade/ património;
- poder de decisão autocrático ou partilhado;
- expografia produto/ expografia processo;
- expografia de objectos herdados/ expografia de objectos construídos;
- acervo de colecções / gestão ampla da informação;
- novas tecnologias como recurso ou como falso atractivo;
- estatísticas / serviços educativos ; e,
- acção cultural/ fabricação cultural.

Neste sentido, a renovação na museologia implica renovação de mentalidades, renovação das técnicas para uma melhor adequação da teoria e da prática museológica, renovação e formação dos corpos técnicos e administrativos. Somente com a renovação a acção museológica poderá reflectir-se nos processos de desenvolvimento, fazendo uso da interdisciplinaridade, do saber fazer, do aprendizado em comunhão, da troca de experiências, da memória colectiva e da educação de carácter libertador e dialógico.

### 2.2.1 Os museus locais em Portugal

O fenómeno dos Museus Locais pode ser entendido como um processo, localizado um pouco por todo o país, que caracteriza as instituições museológicas criadas desde meados dos anos 70 em Portugal. Fruto de iniciativas locais no âmbito de associações culturais, de defesa do património ou das próprias autarquias, defendem uma nova perspectiva museológica assente na participação comunitária, na dinâmica do património e da memória e na inserção do museu no seio das diferentes comunidades como factor de desenvolvimento.

As mudanças no panorama museológico português após o 25 de Abril podem ser, segundo Mário Moutinho<sup>31</sup>, divididas em quatro fases, que são:

**Primeiro Fase:** *«A afirmação das possibilidades de outras práticas museológica»s:*

- aparecimento dos ecomuseus;
- Ecomuseu do Seixal como o primeiro ecomuseu em Portugal;
- debate entre a nova museologia versus museologia tradicional;
- divulgação em Portugal das linhas expostas na Declaração de Santiago;

---

<sup>31</sup> Cf.: Moutinho, Mário. Museus locais em Portugal após o 25 de Abril. Palestra proferida em 1998.

- alheamento do ICOM e da comissão nacional do ICOM acerca dos debates e de todos esses processos.

**Segunda Etapa:** *«Ausência de uma oposição consistente por parte dos museus do Estado»:*

- reforço das associações e autarquias na criação de instituições culturais;
- recuperação, por parte dos museus tradicionalmente instituídos das “ideias novas”;
- democratização da ideia de museu;
- os debates das Jornadas sobre a função social do museu começa a enveredar para o caminho da discussão sobre os conceitos: alargamento da noção de património; formas participativas de gestão do museu e dos bens patrimoniais;
- a busca do lugar do profissional no cerne do museu: museólogo/ conservador, museólogo/ militante, militante/ profissional, profissional/ técnico.

**Terceira Fase:** *«Solidificação da Segunda fase e a Museologia reconhecida como disciplina pela Universidade»:*

- criação do primeiro curso universitário em 1989;
- criação pela CEE de programas voltados para o desenvolvimento local e a inclusão da acção museológica e do património nesses programas.

**Quarta Fase:** *«Museologia entendida enquanto recurso»:*

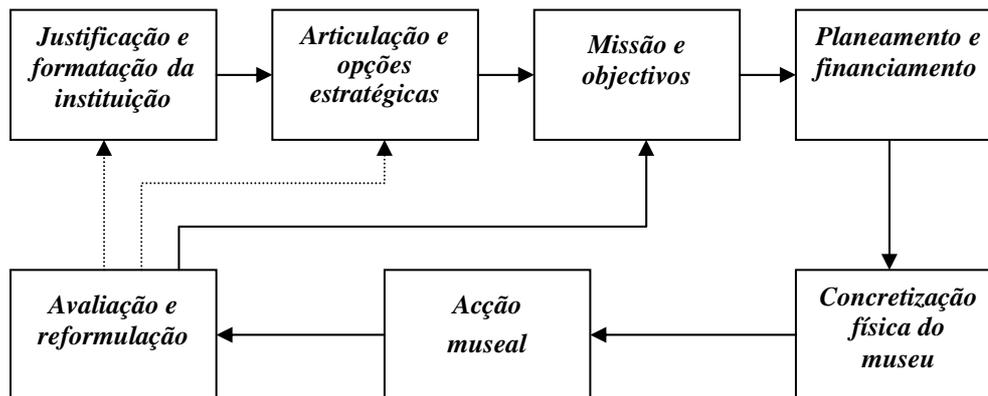
- entendimento do património enquanto noção abrangente dos aspectos culturais, naturais, paisagístico, geológicos, etc;
- museologia entendida como meio de comunicação e possui função educativo;
- museus enquanto objecto de planeamento, integrando vectores variados;
- museologia enquanto meio e não mais como um fim em si mesma.

---

Deste modo podemos identificar os museus locais como instituições que consideram a sua intervenção patrimonial enquanto recurso prioritário para atingir os objectivos que levam ao desenvolvimento dos contextos territoriais em que estão inseridos. Esses museus locais assumem formas e meios bastantes diversos, representando assim vários graus de conceptualização. A sua intervenção não se resume ao trabalho com as colecções, assumindo, na sua generalidade, uma interferência, entre outros aspectos, na área da valorização dos recursos locais, valorização patrimonial, valorização de aspectos culturais, apoio ao ensino, fomento do emprego e formação profissional.

Assim sendo, é importante entendermos que gerir um museu local pressupõe equipá-lo de forma a poder lidar com um acervo de difícil e em constante mudança. A riqueza desses museus assenta, exactamente, nos processos de transformação e mudança que englobam a vida de uma localidade. Com base numa lógica que se estrutura em duas vertentes de coerência interna: a cronológica e a temática, Fernando João Moreira elaborou um quadro no qual é possível estabelecermos as interligações temáticas do tipo causas/efeitos no processo de criação de um museu local que seja estruturado em vista do desenvolvimento local. (ver Esquema nº 1).

Esquema nº 1: Criação de um museu local



Fonte: Fernando João Moreira, 1999

Na verdade o que Moreira nos propõe é o desafio de pensar um museu local através de um plano estratégico que o coloque em linha de frente para os processos de desenvolvimento local. Um museu local assim estruturado implica as interligações temáticas, sectoriais e funcionais que permitem o bom funcionamento de instituições em escala local.

Mário Moutinho chama a atenção para os perigos que muitos Museus Locais correm ao sucumbirem à tentação de assumir responsabilidades e tarefas que cabem aos Museus Nacionais.

*São casos em que a colecção material assume um papel dominante em relação à colecção imaterial, sabendo nós, que o que faz a especificidade de cada comunidade não é tanto a diversidade dos seus artefactos mas sim a natureza dos seus problemas de desenvolvimento.*(Moutinho. 1989:47)

O perigo apresenta-se no momento em que esses museus locais pretendem assumir características e funções que não lhe são próprias, sucumbindo à ideia de que é necessário a existência de uma exposição permanente e de uma colecção, sem que para isso tenham assegurado as condições necessárias para a manutenção desses encargos. Referimo-nos aos museus locais que não estão voltados para as necessidades das comunidades onde estão inseridos, ou seja, os que são concebidos para um público exterior. Desobrigando-se, assim, de assumir a sua verdadeira função que é a de actuar como instrumento de difusão cultural e patrimonial de importância e impacto local.

O grande desafio que se coloca no panorama dos museus locais é a sua capacidade de funcionar, por um lado, como um instrumento de desenvolvimento pessoal e, por outro, como instrumento de desenvolvimento local. Entretanto, para que isso ocorra é fundamental que esses museus assumam que a sua intervenção se insere também<sup>32</sup>:

---

<sup>32</sup> Cf.: Moreira, Fernando João. O processo de Criação de um museu local. 1999.

- na discussão e busca de solução dos problemas dos indivíduos enquanto pessoas e enquanto seres que fazem parte de uma colectividade;
- na interpretação e intervenção comunitária; e
- na importância que assumem os processos de intervenção.

Uma instituição assim definida – como entidade questionadora, interventora e independente – pode desempenhar um papel fundamental em qualquer processo de desenvolvimento local, justificando assim a sua utilidade e importância para as suas comunidade, deixando a certeza que, desde que haja problemas e vontade de enfrentá-los, não se transformará numa instituição supérflua.

O Museu Local, enquanto promotor de desenvolvimento, não pode actuar de forma descontextualizada dos problemas locais da sua área de influência e das pessoas que formam a comunidade local, ou seja, o museu não pode desvincular-se dos problemas da contemporaneidade como consequência de poder vir a actuar em isolamento. Assim sendo, é necessário que a instituição realize um conjunto de estudos preliminares que poderão instrumentalizar o museu acerca do panorama envolvente como também capacita-lo a desenvolver linhas estratégicas para a sua intervenção. Segundo Fernando João Moreira, os Museus Locais no sentido de proceder ao diagnóstico da situação concreta de inserção, precisam:

- i. *efectuar um levantamento exaustivo de todos os trabalhos, estudos e instrumentos de planeamento com abrangência na área de influência do museu;*
- ii. *procede à análise dos referidos instrumentos no sentido de sintetizar os diagnósticos efectuados e de apurar, às diversas escalas, as estratégias de desenvolvimento existentes;*
- iii. *desenvolver uma reflexão crítica sobre as diversas matérias apuradas;*
- iv. *iniciar os estudos considerados necessários no sentido de actualizar os diagnósticos e/ou precisar/complementar as*

*estratégias de desenvolvimento preexistente.* (Moreira. 1999: 5)

Um museu local assim estruturado está capacitado para obter, de forma inquestionável, os componentes locais referentes para as potencialidade, estrangulamentos, ameaças e oportunidades (diagnósticos), bem como definir os objectivos estratégicos de desenvolvimento e, os vectores estratégicos de actuação. Concluída essa etapa é que se coloca a questão do Museu definir, de forma articulada com as componente citadas, a seu próprio plano de acção.

A acção do Museu como instrumento de desenvolvimento local, na percepção de Fernando João Moreira, assenta em dois domínios:

- **domínio interno:** que é entendido como a acção museológica que visa, directamente, a promoção do bem estar, material e imaterial, da população da sua área de influência;
- **domínio externo:** que é entendido como a acção museológica que visa, indirectamente (p.e.: através da captação de fluxos financeiros exógenos) a promoção do bem estar material e imaterial da população. (ver Esquema nº 2).

No caso do «*domínio interno*» identificam-se oito vectores de intervenção a saber:

- promover a identidade local através de estudos, exposições e/ou outras acções que colaborem para evidenciar aspectos relevantes da história local;
- promover a identidade territorial dos habitantes;
- promover os laços inter-pessoais no sentido de sedimentar a construção da ideia de comunidade;
- promover a integração do novos habitantes e/ou grupos marginalizados através da divulgação das bases identitárias dos locais de acolhimento, exploração e divulgação dos

---

contornos culturais próprios e dos problemas específicos dos grupos carenciados de integração e, por fim, o fomento de acções concretas de carácter colectivos capazes de promover a cooperação inter-grupos em torno da resolução de problemas;

- promover um ambiente de dinamismo individual e colectivo;
- promover e viabilizar acções de formação na área de influência do museu e que se adequem às estratégias de desenvolvimento local e do museu;
- promover outras acções que estejam relacionadas com a intervenção do museu, a população e os problemas existentes na sua área de influência.<sup>33</sup>

No âmbito do «*domínio externo*», que se caracteriza por um conjunto de iniciativas a ser desenvolvido para o exterior da sua área de influência e/ou voltado para elementos de proveniência externa, procurando captar mais valias susceptíveis de estimular o desenvolvimento local. Neste aspecto, revela-se pertinente, de acordo com o autor supra citado, os cinco vectores abaixo relacionados:

- promover o potencial turística local, através, por um lado, da concepção de um museu que desempenhe a função de pólo turístico e, por outro lado, concretizando acções específicas que busquem atingir esse objectivo;
- promover a visibilidade externa do local, através da divulgação das características patrimoniais;
- promover e valorizar os produtos locais de base tradicional;
- promover os valores locais tendo por objectivo a educação patrimonial de turistas e visitantes, promovendo, assim, um turismo que se caracterize por ser responsável e comprometido com a sustentabilidade e a dinâmica de base local.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Cf.: Moreira, Fernando João. O processo de criação de um museu local. 1999.

<sup>34</sup> Cf.: Moreira, Fernando João. O processo de criação de um museu local. 1999.

A opção do museu entre o plano interno e o plano externo, condicionará a sua própria política estratégica, assim como a sua natureza de intervenção e a sua relação com os utilizadores/construtores.

*No primeiro caso, acento tónico na acção interna, o museu, para ser cabalmente eficaz, terá que se assumir, sobretudo, como um museu despoletador de processos de acção directa, em que, na maioria dos casos, o grosso dos benefícios se obterá através dos próprios processos que levam aos produtos/objectivos (p. e., a exposição temporária será importante sobretudo na sua fase de concepção/construção, enquanto catalisadora do encontro de saberes, promotora do diálogo criador e geradora do confronto susceptível de promover a resolução de contradições, a exposição-processo). No pólo oposto, a acção virada para o exterior, o museu dever-se-á assumir, primordialmente, como um espaço de contemplação, no qual os efeitos induzidos derivam sobretudo da qualidade dos produtos finais obtidos (p. e., a exposição temporária será importante na medida dos efeitos produzidos em quem a contempla, a exposição –produto). (Moreira. 1999:09)*

Para além das diferenças que cada um desses planos, ou opções museológicas, possam assumir na prática museológica, é necessários que estes possam ser assumidos pelos museus locais na sua plenitude e sem complexos, para melhor definir a formatação dessa instituição, assim como a sua prática museológica de acordo com as características próprias de uma instituição que se define como vector de desenvolvimento local.

Fernando João Moreira, diz-nos, ainda, que um museu local que se assume ao serviço das populações deve intensificar a vertente interna da sua acção do seguinte modo a que:

- i) *promova a experiência colectiva;*
- ii) *incentive os processos de participação e reflexão;*
- iii) *assuma a importância de todos os saberes, independentemente do seu carácter profissional ou científico;*
- iv) *privilegie os processos mais do que os produtos finais;*
- v) *seja concebido e construído pela população, eventualmente com o suporte técnico de museólogos;*
- vi) *seja gerido, por e para a população;*
- vii) *seja avaliado não só em função de parâmetros económicos, mas também em termos da sua prestação no domínio social. (Moreira. 1999:14)*

Um museu local assim definido, mais facilmente poderá trabalhar nos processos de desenvolvimento locais, desde que sejam capazes de assumir a força criadora da população, agindo como o somatório das iniciativas colectivas.

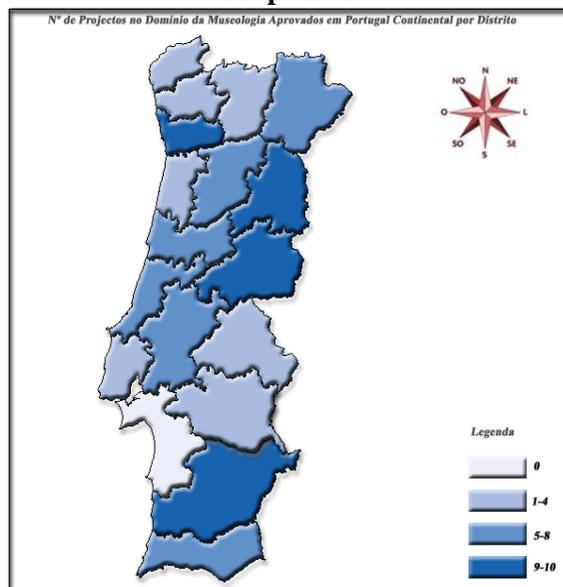
Nessa medida, o Inquérito do IPM/ OAC não dá conta dessa dinâmica e do significado dos Museus Locais em Portugal. Com excepção dos dados referentes e já tratados sobre a descentralização e a data de criação dos museus, pouco mais é referenciado acerca dos Museus Locais. Mas estes estão plenamente contemplados na política comunitária europeia no âmbito das seguintes intervenções:

- a) Programas de Iniciativa Comunitárias (PIC) entre os quais se destacam o Programa LEADER e o Programa INTEREG;
- b) Quadro Comunitário de Apoio III (QCA), através dos Programas Sectoriais e dos Programas Regionais.

Dentro dos Programas de Iniciativa Comunitária (PIC), o Programa LEADER é aquele que teve maior impacto no tecido museológico nacional como se verifica através dos projectos aprovados no domínio dos museus, nos anos de 1995-99, e que vão desde a recuperação de peças tradicionais, passando pela

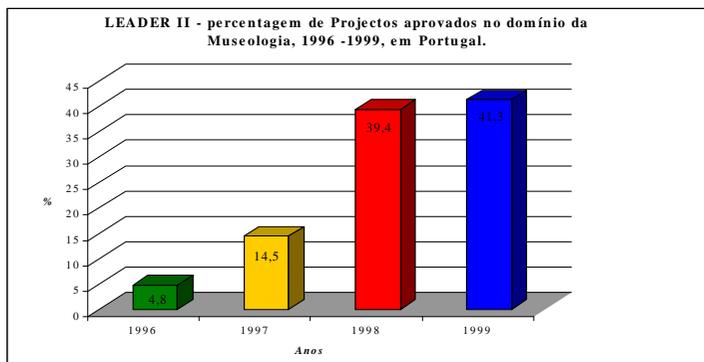
musealização de sítios e a reconstrução ou criação de museus e ecomuseus.

### Mapa nº 2



Fonte: Base Cartográfica, Atlas do Ambiente, 1999.

### Gráfico nº 2



Fonte: Relatórios de Execução Anual do Programa de

Dentro do Quadro comunitário de Apoio III (QCA), aprovado para o período de 2000-2006, foram definidas três prioridades estratégicas fundamentais:

- a promoção da coesão económica e social, no sentido de privilegiar o crescimento sustentável e a competitividade regional, por forma a assegurar a criação de emprego;
- a coerência entre o crescimento económico, a coesão social e a protecção do ambiente, visando estimular o desenvolvimento sustentável, não só no sentido de integrar o ambiente nas políticas prosseguidas mas também no de garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres;
- equilíbrio no desenvolvimento territorial, como requisito para a articulação das políticas concretizadas e como exigência para o estabelecimento de parcerias eficazes e actuantes.<sup>35</sup>

Em relação à cultura, o QCA III contempla aspectos essenciais da política cultural, integrando duas intervenções de carácter nacional:

<sup>35</sup> Cf.: Quadro Comunitário de Apoio III 2000-2006.

- reforçar a cultura como factor de desenvolvimento e de emprego;
- promover um maior equilíbrio espacial no acesso a cultural.

Para o Programa Operacional Cultura foram definidos pelo QCA III dois domínios prioritários de intervenção, a saber:

#### **A. Valorizar o património histórico e cultural**

- A recuperação e valorização de imóveis classificados como património histórico, podendo incluir obras de intervenção e, edificações e, a construção ou adaptação de equipamentos complementares de apoio aos visitantes.
- A realização de actividades culturais inovadoras, que contribuam para a revitalização do património reabilitado e para a criação de emprego. Será dada prioridade às acções em locais que, por disporem dum valioso património histórico e cultural, sejam susceptíveis de potenciar fluxos turísticos significativos e de contribuir, através do desenvolvimento de actividades de âmbito cultural, social e educacional das populações.
- A reestruturação dos principais museus nacionais, incluindo a recuperação dos edifícios e do património móvel que se integre no seu espólio, a adaptação de espaços de utilização pública e de equipamento complementar de apoio aos visitantes, das infra-estruturas envolventes e dos arranjos exteriores, bem como acções complementares susceptíveis de contribuir para transformar os museus em pólos de atracção turística.

#### **B. Favorecer o acesso a bens culturais.**

- A melhoria das condições de oferta dos espaços adequados à realização de actividades culturais, visando a constituição duma rede nacional equilibrada, através da construção, adaptação e equipamento de recintos culturais
- Acções de promoção de actividades culturais no âmbito das artes do espectáculo, que concorram para o estabelecimento e apoio na fase de arranque desse tipo de espaços, para o

aparecimento de agentes culturais e profissões conexas, e para a criação de novos públicos e hábitos de consumo cultural das populações – com o objectivo global de reduzir as assimetrias existentes entre as diferentes regiões do país.

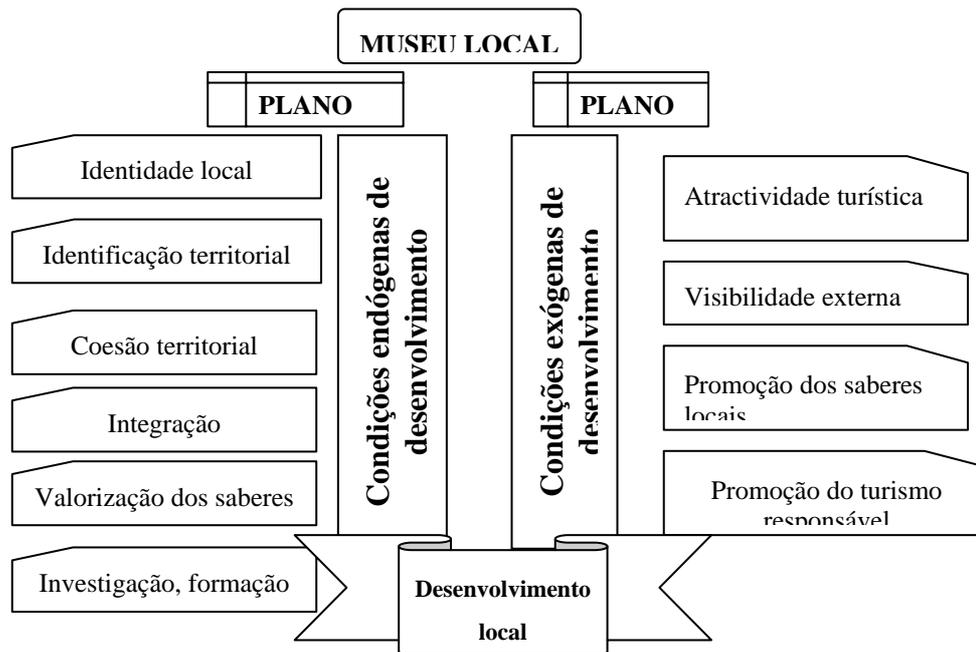
- iniciativas públicas que contribuam para divulgar a informação cultural, através da utilização das novas tecnologias de informação, ou para facilitar a aproximação da cultura ao indivíduo e à sociedade.
- Consideram-se, muito especialmente, as possibilidades oferecidas pela Internet e outros veículos digitais. Por esse motivo, este domínio dará atenção especial à digitalização e informatização dos acervos públicos de carácter cultural para fins de divulgação pública, incluindo, designadamente, as seguintes acções:
  - rede de informatização dos museus;
  - inventariação e digitalização do património cultural;
  - inventariação e digitalização de acervos arquivísticos, de fundos bibliográficos e de
  - fotografia;
  - criação de bibliotecas digitais;
  - apoio à Rede Informática de Leitura Pública (RILP).<sup>36</sup>

Em todos os Programas Operacionais Regionais (POR) a cultura está contemplada no “Eixo Prioritário III: Intervenção da Administração Central Regionalmente Descentralizada”. As medidas sectoriais desconcentradas referem-se aos domínios da Educação, do Emprego, Formação e Desenvolvimento Social, da Sociedade de Informação, da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Saúde, do Desporto, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, das Pescas, da Economia, das Acessibilidades e Transportes e do Ambiente e da Cultura.

---

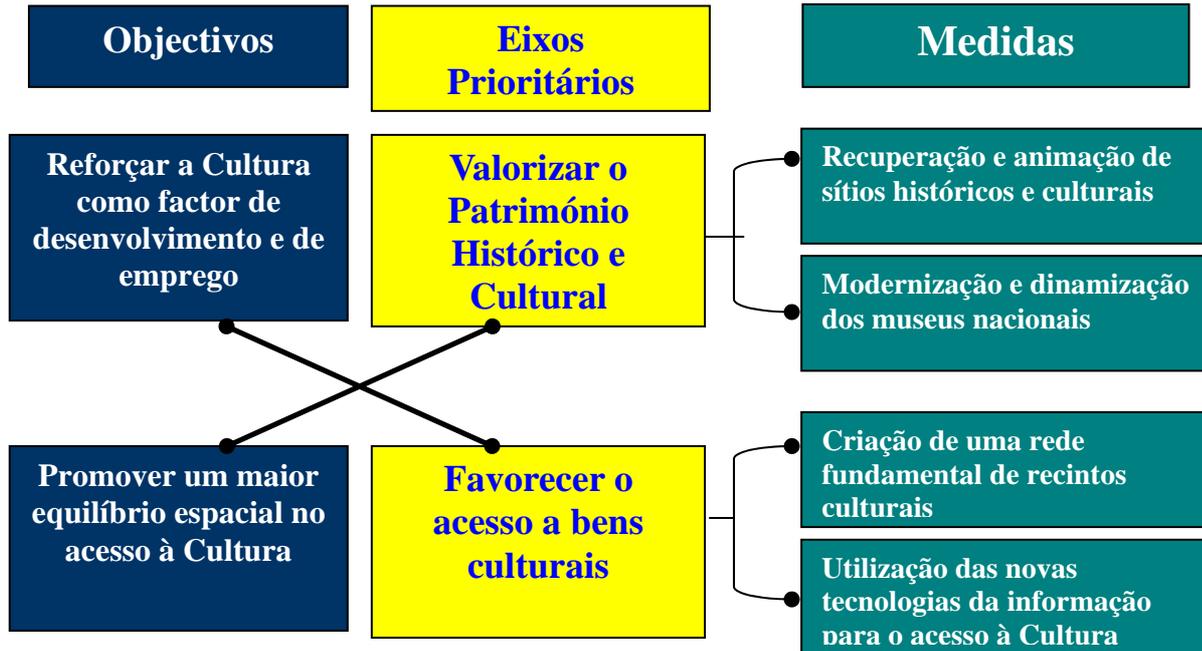
<sup>36</sup> Cf.: Quadro Comunitário de Apoio III 2000-2006.

**Esquema nº2: Condições endógenas e exógenas de desenvolvimento local**



Fonte: Fernando João Moreira, 1999.

Esquema nº 3: Estrutura do Programa Operacional da Cultura



Fonte: POC. 2000.

A distinção fundamental entre as acções de incentivo à cultura definidas pelos Programas Operacionais Regionais e pelo Programa Operacional da Cultura (POC) assenta no facto de que o Programa Sectorial (POC) deve apoiar os projectos de âmbito e importância nacional e internacional, concentrados em imóveis e locais que se encontram tutelados aos serviços centrais do Ministério. Já as componentes regionalmente descentralizadas das intervenções no sector da cultura e acolhidas pelos POR, visam o apoio a projectos de recuperação de imóveis de valor patrimonial e são formadas por projectos de menor dimensão relativamente aos apoiados pela intervenção sectorial correspondente.

Estas medidas desconcentradas da cultura buscam o estabelecimento de parcerias com entidades regionais, como as autarquias locais, ou com associações de âmbito privado e outras entidades públicas e privadas, em particular as entidades proprietárias dos imóveis e locais abrangidos (como, por exemplo, as autoridades eclesásticas). Pretende-se estimular uma participação activa das entidades de âmbito regional na definição das prioridades de investimento no sector da Cultura, com vista a obter uma maior eficácia e eficiência na afectação dos recursos disponíveis.<sup>37</sup>

Em relação à conservação e valorização do património natural, os Programas Operacionais Regionais (POR) apoiam acções com incidência geográfica em áreas integradas na Lista Nacional de Sítios, nas Zonas de Protecção Especial, nas áreas com estatuto de protecção consideradas em Convenções Internacionais, nas áreas com o estatuto de Diploma Europeu, nas Reservas da Biosfera ou Reservas Biogenéticas e nas áreas com relevância para a conservação da natureza. As acções que dizem respeito à valorização e protecção dos recursos naturais regionalmente desconcentradas, incidem sobre os projectos de requalificação ambiental da faixa costeira, de pequena dimensão e incidência.

De forma genérica, podemos sintetizar os objectivos dos Programas Operacionais Regionais na componente sectorial

---

<sup>37</sup> Cf. Programas Operacionais da Região Centro, Norte, Alentejo e Algarve. 2000-2006.

---

desconcentrada da cultura, do ambiente e da valorização do ambiente e do património rural da seguinte forma:

- recuperar/ preservar o património (histórico, arquitectónico, cultural, ambiental...);
- recuperar/ preservar imóveis de inegável valor patrimonial;
- recuperar/ preservar castelos e fortalezas;
- recuperar/ preservar sítios arqueológicos;
- valorizar a cultura e o património, promovendo a criação dos espaços adequados;
- reforçar os seguimentos do comércio tradicional e especializados;
- aumentar a capacidade de satisfação de bens e serviços essenciais nas áreas sociais, do lazer, desporto e cultura;
- criar ambientes estimuladores da curiosidade e interesse pela ciência e difusores da cultura científica;
- estimular a aprendizagem experimental;
- promover o desenvolvimento sustentável da região e a melhoria dos padrões de qualidade ambiental;
- integrar o ambiente nos planos e programas de desenvolvimento regionais;
- promover uma gestão criativa dos recursos e do património natural e cultural;
- impulsionar a conservação e valorização do património natural em parceria com uma estratégia de conservação da natureza;
- preservar e valorizar a identidade dos pequenos aglomerados rurais, potenciando o seu desenvolvimento económico;
- aproveitar os recursos naturais de paisagem para fins económicos, sociais e de lazer;
- valorizar os recursos marinhos, agro-florestais e minerais;
- valorizar e promover os espaços rurais e de baixa densidade;
- promover a qualidade ambiental; e

- valorizar e preservar os sistemas naturais e naturalizados com interesse biológico e paisagístico.<sup>38</sup>

Como podemos constatar pelos objectivos apresentados nos POR através do Eixo Prioritário III, as estratégias de desenvolvimento adoptadas apontam para o incentivo de acções de cunho cultural e patrimonial, que se caracterizam por serem diversificadas, integradas e equilibradas, combinando, ao mesmo tempo, o apoio às actividades tradicionais com o incentivo às actividades mais recentes de salvaguarda dos valores ambientais.

O Programa Operacional da Cultura (POC), integra-se no Eixo 1 do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) de Portugal para o período de 2000-2006. Tem por objectivo elevar o nível de qualificação dos portugueses, promover o emprego e a coesão social. Mesmo fazendo parte do Eixo 1, o POC contém em si potencialidades que fazem com que concorra para cumprir os objectivos centrais de outras intervenções Operacionais. Neste sentido o Ministério da Cultura acredita que o POC deverá contribuir para: a promoção de emprego e coesão social, o desenvolvimento do perfil produtivo do País, o desenvolvimento sustentado das regiões, a coesão social, a protecção do ambiente e a igualdade de oportunidades.

O POC surge como primeiro programa que possui directivas e metas específicas para os museus. A primeira vista podemos identificar esse facto como algo estimulante e inovador, visto que inserem a problemática museológica nos programas de incentivo, valorização e preservação dos aspectos culturais. Entretanto, essas directivas estão todas elas voltadas para os museus nacionais, tutelados em sua maioria pelos Ministérios, o que só vem a demonstrar que mesmo com todas as iniciativas comunitária para o incentivo dos aspectos culturais locais o Ministério da cultura continua com uma política cultural marcadamente elitista e excludente.

---

<sup>38</sup> Cf.: Programas Operacionais Regionais do Centro, Norte, Alentejo e Algarve 2000-2006.

---

Como vimos, a intervenção comunitária no desenvolvimento do país tem uma forte sustentação nas políticas de intervenção a nível local, estabelecendo permanentemente uma relação estrutural entre cultura e desenvolvimento.

Neste sentido, os museus locais que, num passado recente, eram encarados como factores menores na política cultural oficial, são hoje reconhecidos pela União Europeia como elementos essenciais dessa mesma política. Aqui, reencontramos os princípios orientadores dos documentos “fundadores” da estrutura teórica da nova museologia como suporte das orientações comunitárias.

Esta constatação permite-nos verificar até que ponto o Ministério da Cultura age de forma contraditória já que, embora transcrevendo nos mesmos princípios, propõe uma afectação de 80% dos recursos disponíveis do POC aos monumentos e museus tradicionalmente instituídos e de carácter nacional. Este desfasamento não se observa no entanto nos Programas Operacionais Regionais e muito menos nos Programas de Intervenção Comunitária LEADER, que como vimos reflecte a dinâmica museológica de âmbito local.

Assim, a política comunitária tem servido como vector para a promoção e divulgação, em todo território nacional, dos museus de carácter local e regional e em última análise, contribuindo para a afirmação dos princípios e práticas da Nova Museologia.